

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Departamento de Sociologia**

Bárbara Diniz Caldeira

**CENÁRIO DAS VIOLÊNCIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA  
MEDIÇÃO DE CONFLITOS EM BELO HORIZONTE NO ANO DE 2018**

Belo Horizonte/MG

2020

Bárbara Diniz Caldeira

**CENÁRIO DAS VIOLÊNCIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA  
MEDIÇÃO DE CONFLITOS EM BELO HORIZONTE NO ANO DE 2018**

**Versão final**

Monografia de Especialização apresentada ao curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, do Centro de Capacitação e Pesquisa em Projetos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Davidson Patrício de Novais

Belo Horizonte/MG

2020

301 C146c 2020	<p>Caldeira, Bárbara Diniz.</p> <p>Cenário das volências atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos em Belo Horizonte no ano de 2018 [recurso eletrônico] / Bárbara Diniz Caldeira. - 2020.</p> <p>1 recurso online (40 f. ) : pdf</p> <p>Orientador: Davidson Patrício de Novais.</p> <p>Monografia apresentada ao curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em áreas Urbanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1 Mediação. 2.Conflito - Administração. 3.Violência. 4.Criminalidade urbana. I.Novais, Davidson Patrício de . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p>
----------------------	---



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
**Departamento de Sociologia**  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha  
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

**ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS EM  
ÁREAS URBANAS**

**ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA  
DE  
BÁRBARA DINIZ CALDEIRA**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, composta por Davidson Patrício de Novais – Orientador e Ana Marcela Ardila Pinto, para examinar a monografia intitulada “*Cenário das Violências atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos em Belo Horizonte no ano de 2018*” de Bárbara Diniz Caldeira. Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2020

Profa. Danielle Cireno Fernandes  
Coordenadora do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de  
Projetos Sociais em Áreas Urbanas

## RESUMO

O presente trabalho visou pesquisar sobre o Programa Mediação de Conflitos, da Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar o perfil dos atendimentos individuais com registros de violência e seu enfrentamento. Os estudos e políticas públicas relacionados a prevenção à criminalidade e à violência têm sido desenvolvidos recentemente, intensificando-se nas últimas décadas, devido a crescente preocupação com o aumento desses fenômenos. Diante disso, o estado de Minas Gerais, no Brasil, implementou os programas de prevenção social na área da segurança pública, a fim de mitigar o aumento da violência, entre eles o supramencionado como objeto desta pesquisa. A primeira parte deste trabalho consistiu na apresentação metodológica do Programa Mediação de Conflitos, bem como a contextualização de concepções teóricas que estão atreladas ao arcabouço teórico do Programa, como concepção de crime, violência e prevenção a criminalidade. Há também a breve descrição do cenário relacionado à prevenção a criminalidade no Brasil. Na segunda parte está o levantamento dos dados de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos no município de Belo Horizonte, durante o ano de 2018. Referentes ao perfil do público atendido, demandas apresentadas, violências atendidas e resolução do atendimento. Por fim, apresenta-se a análise dos dados quantitativos, buscando compreender o perfil de atendimento as violências pelo Programa em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos. Prevenção à Criminalidade. Violência.

## ABSTRACT

The present work aimed to research on the Conflict Mediation Program, of the Política de Prevenção Social à Criminalidade of the State of Minas Gerais, with the objective of identifying the profile of individual services that address the theme of violence and its overcoming. Studies and public policies related to the prevention of crime and violence have been developed recently, intensifying in the last decades, due to the growing concern with the increase of these phenomena. Therefore, the state of Minas Gerais, in Brazil, implemented social prevention programs in the area of public security, aiming to mitigate the increase in violence, including the aforementioned as the object of this research. The first part of this work consisted of the methodological presentation of the Conflict Mediation Program, as well as the contextualization of theoretical concepts that are linked to the Program's theoretical framework, such as the concept of crime, violence and crime prevention. There is also a brief description of the scenario related to crime prevention in Brazil. In the second part, there is a survey of the data provided by the Conflict Mediation Program in the municipality of Belo Horizonte, during 2018. Referring to the profile of the public served, demands presented, violence served and resolution of the service. Finally, the analysis of the quantitative data is presented, seeking to understand the profile of care for violence by the Program in Belo Horizonte.

Keywords: Conflict Mediation. Crime Prevention. Violence.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Atendimentos por Ficha de Atendimento Individual no Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.....	24
Gráfico 2 – Autodeclaração cor/raça pelo público atendido no Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.....	25
Gráfico 3 – Idade autodeclarada do público atendido do Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.....	26
Gráfico 4 – Pergunta - Procurou alguma instituição policial antes de ser atendido pelo pelo Programa Mediação de Conflitos?.....	29
Gráfico 5 – Pergunta - Procurou alguma instituição policial após ser atendido pelo Programa Mediação de Conflitos?.....	29
Gráfico 6 – Pergunta - Ao procurar uma instituição policial foi possível registrar o Boletim de Ocorrência? (antes do atendimento no PMC).....	30
Gráfico 7 – Pergunta - Ao procurar uma instituição policial foi possível registrar o Boletim de Ocorrência? (depois do atendimento no PMC).....	30
Gráfico 8 – Pergunta - Há medida protetiva antes do atendimento no PMC?.....	30
Gráfico 9 – Pergunta - Há medida protetiva depois do atendimento no PMC?.....	30
Gráfico 10 – Há violência ocorrendo no momento do encerramento da ficha? X Há relação entre a violência e o uso de álcool e/ou outras drogas?.....	31

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demanda X Tema da Violência, Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.....	27
Tabela 2 – Resultado do Procedimento das Fichas de Atendimento Individual, Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.....	32

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FV	Fica Vivo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMC	Programa Mediação de Conflitos
SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUPEC	Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UPC	Unidade de Prevenção a Criminalidade



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>9</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CONCEPÇÕES RELACIONADAS A METODOLOGIA DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....</b>	<b>12</b>
2.1 Concepção de Crime.....	12
2.2 Concepção de Violência.....	14
2.3 Concepção de Prevenção a Criminalidade.....	15
<b>3 A PREVENÇÃO A CRIMINALIDADE NO BRASIL.....</b>	<b>20</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>5 RESULTADOS.....</b>	<b>24</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXO A – QUADRO DE VIOLÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO B – ANEXO DE VIOLÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

O crescente aumento da violência tem se tornado uma preocupação global frente aos seus danos irreparáveis, que afetam as sociedades, mas principalmente aquelas que foram historicamente vulnerabilizadas, e que estão mais expostas às violências. Diante disso diversos órgãos e setores do mundo inteiro têm se mobilizado em torno desse fenômeno, e construído formas de enfrentamento para o mesmo. Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde declarou que a violência é um problema importante e crescente de saúde pública no mundo, trazendo sérias consequências para indivíduos, famílias, comunidades e países; e gerando enormes efeitos prejudiciais no setor de saúde (OMS, 2002). No mundo todo, a violência está entre as principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos (OMS, 2002). Segundo dados disponíveis do DATASUS (2006), em 2004 os acidentes e as violências foram responsáveis por 19,57% das mortes em crianças de 1 a 5 anos, 36,55% na faixa etária de 5 a 9 anos, 45,73% entre 10 e 15 anos e 71,54% de 15 a 19 anos de idade, representando o primeiro lugar entre os óbitos nestas idades, sendo a terceira causa entre todos os óbitos no Brasil.

A cultura da violência é percebida diariamente nas relações sociais e é reforçada através dos meios de comunicação (MILANI, 2003). Mediante a exposição contínua as violências, muitas comunidades e grupos de risco contraíram a paz enquanto clamor, e a segurança como necessidade essencial à vida. Intensificaram-se as discussões sobre a temática do enfrentamento e prevenção a violência, e a criação de projetos e políticas que visam incidir sobre o fenômeno da violência. Fenômeno esse complexo e multicausal, que demanda o entendimento dos diversos fatores que o compõem, e exige uma abordagem intersetorial e multidisciplinar para a elaboração de estratégias nos diversos aspectos que envolvem o problema da violência, para que atuando conjuntamente transformações em direção a paz e a segurança pública cidadã sejam promovidas.

Nesse sentido, em Minas Gerais foi desenvolvido em 2003 a Política de Prevenção Social à Criminalidade que “tem como objetivo geral contribuir para prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e para o aumento da sensação de segurança”, e possui o diferencial de fomentar a participação da sociedade civil nesse processo. A Política de Prevenção é composta por diversos programas, entre eles o Programa Mediação de Conflitos (PMC), que foi elencado para a realização desta pesquisa, que tem como objetivo principal identificar as relações teóricas

entre o arcabouço metodológico do Programa e as concepções atuais de prevenção à criminalidade; e através dos dados de atendimento conhecer o perfil do público atendido, bem como as principais violências relatadas.

Sendo assim esta pesquisa estrutura-se em duas partes principais uma de análise teórica e outra de análise quantitativa de dados. No primeiro capítulo, a metodologia do Programa Mediação de Conflitos será descrita, a partir do material institucional disponível sobre o programa. Em seguida as concepções de crime, violência e prevenção a criminalidade aplicadas a metodologia do Programa Mediação de Conflitos são brevemente apresentadas, com o objetivo de compreender os fundamentos teóricos do programa, que baseiam também sua prática.

Por fim, o quarto e quinto capítulos consistem em uma análise dos dados quantitativos do PMC, que foram disponibilizados pela Subsecretaria de Prevenção a Criminalidade do Governo de Minas Gerais. Os dados utilizados para essa pesquisa possuem o seguinte recorte: casos atendidos que envolveram violências, durante o ano de 2018, na cidade de Belo Horizonte. Objetiva-se através da análise dos dados compreender de forma descritiva o perfil do público atendido, os principais temas de violências que este programa acompanhou no ano de 2018, e como se deu a resolução dos casos.

## **JUSTIFICATIVA**

A escolha pelo Programa Mediação de Conflitos se dá por entender a crescente necessidade de discutir alternativas eficazes, e baseadas em evidências para a redução da violência e criminalidade no Brasil. Visto o cenário de baixas produções nacionais quantitativas e qualitativas na área da segurança pública, especificamente relacionadas à prevenção social a criminalidade, esta pesquisa, no formato que foi realizada, é relevante, e busca subsidiar reflexões e práticas a respeito de como o Programa Mediação de Conflitos tem trabalhado com as temáticas de prevenção e enfrentamento à violência em Belo Horizonte, Minas Gerais.

É também importante indicar que durante os anos de 2016 e 2017 o Programa Mediação de Conflitos sofreu interrupções em sua execução, devido aos processos licitatórios do Estado de Minas Gerais para contratação de OSCIP, que daria andamento a implementação prática do Programa. Tal fator pode ter influenciado retorno das atividades no ano de 2018. Adicionalmente, em 2016 o PMC passou por uma reformulação metodológica, com a atualização dos instrumentais de coleta de dados. Sendo assim, observando a necessidade de

padronização e coesão dos dados para análise, foi delimitado o ano de 2018 apenas para a coleta de dados e posterior análise.

Cumprido ressaltar que a autora deste estudo vivenciou uma trajetória profissional junto ao Programa Mediação de Conflitos durante os anos de 2014 a 2019. Essa experiência facilitou o acesso e entendimento de seus instrumentais, que são formulados a partir de uma metodologia específica. A experiência profissional prévia incitou o desejo de sistematizar informações e dados sobre o programa, com o objetivo de analisar seus resultados, e afinando o olhar sobre suas intervenções nos casos de violência, no esforço de compreender suas contribuições e desafios nesta área.

## **1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL A CRIMINALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

O Programa Mediação de Conflitos foi idealizado e desenvolvido pelo Programa Polos da Cidadania da UFMG na década de 1990 através dos núcleos de Mediação e Cidadania, ao propor a aplicação da técnica de mediação de conflitos individuais e coletivos em contextos de vulnerabilidade social e sociabilidade violenta. O Programa foi estabelecido enquanto parte da Política de Prevenção Social a Criminalidade de Minas Gerais em meados de 2005, tornando-se assim uma política pública. Atualmente está inserido na Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), da Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MG).

O Programa está alocado nas Unidades de Prevenção a Criminalidade (UPC's), em que também funciona o Programa Fica Vivo, ambos possuem recorte territorial com área de abrangência delimitada. A escolha das regiões para implantação das UPC's está relacionada aos altos índices de violência e homicídios, contudo, para além desses indicadores, observa-se que simultaneamente as comunidades apresentam baixo capital social, pouco acesso a direitos e grande vulnerabilidade social.

Este estudo pretende evidenciar os atendimentos desenvolvidos através do PMC para o enfrentamento as violências, durante o ano de 2018, no município de Belo Horizonte. No momento presente existem 13 unidades do Programa Mediação de Conflitos em Belo Horizonte, nas seguintes Unidades de Prevenção a Criminalidade: Cabana Pai Tomás, Conjunto Jardim Felicidade, Conjunto Esperança/Vila Cemig, Jardim Leblon, Minas Caixa, Morro das Pedras, Primeiro de Maio, Pedreira Prado Lopes, Ribeiro de Abreu, Santa Lúcia, Serra, Taquaril

e Vila Pinho. As equipes do PMC contam com analistas sociais e estagiários, de diversas áreas do conhecimento que produzem um saber peculiar multiprofissional durante a execução do trabalho, apoiados pela metodologia do PMC.

O PMC tem como foco prevenir fatores de riscos e conflitos potenciais e/ou concretos, sendo assim, conforme o Manual de Orientação Metodológica e de Gestão da Informação (2019):

a mediação é, nesta perspectiva, instrumento utilizado para promover uma Segurança Pública Cidadã, a partir de ações que promovam o envolvimento dos cidadãos na resolução dos conflitos que podem se desdobrar em situações de violência. Assim, entende-se que Estado e Sociedade Civil percorrem conjuntamente o processo complexo de prevenção dos fenômenos de violência e criminalidade. (Minas Gerais, 2019, p.5)

A concepção de mediação adotada pelo Programa não se restringe a “técnica procedimental de resolução de conflitos”, mas está relacionada a Mediação Comunitária, conceito que tem sido fortalecido ao longo dos últimos anos e que possui como basilares a emancipação coletiva e a transformação social. A Mediação Comunitária atuará com objetivo de fortalecimento da cidadania, empoderamento das comunidades, efetivação da democracia e dos direitos ameaçados ou violados. O PMC, fundamentado nestes princípios supracitados, tem em sua estrutura de funcionamento um caráter participativo, colaborativo e dialógico, ao possibilitar novos mecanismos de resolução dos conflitos, por meio de soluções elaboradas pelas próprias pessoas envolvidas, com vista a prevenção das violências e criminalidade.

Conforme a metodologia do PMC seu objetivo principal é promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade. Na execução de suas ações, o PMC tem como objetivos específicos: aplicar e disseminar princípios e técnicas de mediação; favorecer o acesso a direitos; e estimular a organização comunitária, agregando valor ao capital social e tecnologias sociais pré-existentes a partir de pessoas, grupos, comunidades e instituições.

Vale ressaltar a importância do fortalecimento e criação de redes sociais de prevenção, pois redes sociais ativas e sensíveis interagem com situações difíceis com mais frequência do que indivíduos isolados socialmente. Trabalhar com a noção de “comunidade” no sentido de que as pessoas se sintam pertencentes de algo em “comum”, auxilia nos objetivos de buscar

melhorias na qualidade de vida da comunidade. Estudos mostram que as comunidades têm características que estimulam ou reduzem a possibilidade de crime e violência, aumentando ou diminuindo o controle social sobre indivíduos e grupos (Mesquita et al, 2004).

A discussão de temas relativos à violência na comunidade, com intuito de modificar o paradigma corrente acerca da violência somente é possível com a participação ativa das comunidades/moradores e sociedade civil. Logo a participação da sociedade civil desempenha um importante papel na identificação de prioridades de prevenção ao crime, na implementação e avaliação, sendo essencial para a efetividade da prevenção a criminalidade.

Neste sentido, o Programa Mediação de Conflitos busca formas alternativas de lidar com os conflitos e violências comunitários e intrafamiliares, facilitando ações orientadas para um processo de paz e valorizando as ferramentas advindas das práticas locais. Essas práticas fomentam a sociedade no processo de participação popular e reforça os indivíduos como agentes mediadores capazes de integrar e cooperar pela Segurança Pública com cidadania, buscando a paz social a partir do diálogo, respeito aos direitos e participação democrática. Os resultados observados são a valorização do conhecimento específico dos atores locais, contribuindo para o empoderamento de pessoas e grupos, a desobstrução do sistema de justiça, e benefícios em direção a redução do crime em longo prazo.

## **2 CONCEPÇÕES RELACIONADAS A METODOLOGIA DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

### **2.1 Concepção de Crime**

Os estudos relacionados às causas da criminalidade têm sido desenvolvidos a partir de meados do século passado, em duas principais direções, as motivações individuais e aos processos que levariam as pessoas ao cometimento de crimes. Porém, em períodos anteriores, surgiram concepções oriundas de pessoas fora do círculo acadêmico que enfatizavam características físicas enquanto determinantes para a autoria de crimes. Vale ressaltar que tais teorias, foram abandonadas após a 2ª Guerra devido ao seu conteúdo preconceituoso, que condenava pessoas com determinadas características físicas, ao inferir que eram patologias individuais relacionadas à doença da criminalidade.

Conforme os estudos contemporâneos sobre as causas da criminalidade são possíveis elencar abordagens principais sobre as quais as diversas teorias se apoiam. Segundo Cano e Soares (2002) é possível distinguir as diversas abordagens sobre as causas do crime em cinco grupos:

a) teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; b) teorias centradas no *homo economicus*, isto é, no crime como uma atividade racional de maximização do lucro; c) teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; d) teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna; e e) correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades. (Cano e Soares, 2002:3)

Ainda reforçando tais abordagens e teorias sobre as causas da criminalidade, Cerqueira e Lobão (2002) de forma muito similar as categorizam da seguinte forma: as teorias focadas nas patologias individuais, teoria da desorganização social, teoria do controle social, teoria da associação diferencial, teoria do estilo de vida, teoria do autocontrole, teoria interacional, teoria da anomia, teoria econômica da escolha racional e a ecológica. As correntes de pensamentos citadas possibilitam uma ampla compreensão sobre o assunto, contudo não esgotam o universo das teorias sobre as causas do crime. Será explorada aqui a teoria Ecológica, que é o modelo adotado até o momento pelo Programa Mediação de Conflitos enquanto arcabouço de sua fundamentação teórica.

O modelo Ecológico é a combinação de diferentes atributos que condicionariam o envolvimento com a criminalidade. Esses atributos, por sua vez, estariam incluídos nos níveis: estrutural, institucional, interpessoal e individual; resultando em um modelo integrado para explicar a violência e a delinquência. A teoria surge a partir da percepção empírica de vários autores que a violência e a sua tolerância variam significativamente entre os indivíduos, comunidades e sociedades. Esta conceituação é abrangente e complexa, pois depende da análise de diversas variáveis e suas conjunções, como por exemplo, no nível individual há o histórico pessoal, os fatores ontogenéticos e a personalidade individual.

No nível interpessoal, há os vínculos familiares e com pessoas mais íntimas, como amigos próximos. No plano institucional estão as relações sociais formais e informais comunitárias, profissionais, religiosas e entre outros. No âmbito macroestrutural inserem-se as estruturas econômica, política e social, que incorporam crenças e normas culturais que permeiam a sociedade. As combinações entre as variáveis mostram como estas interagem entre

si, por exemplo, variáveis do nível macroestrutural como o desemprego e a fome, irão conjugar-se aos níveis individuais e interpessoais, ocasionando realidades diferentes conforme cada indivíduo, comunidade e sociedade.

Os analistas sociais do Programa Mediação de Conflitos são incumbidos do desafio de realizar uma leitura constante dos territórios que atuam, com o objetivo de atuar preventivamente nas realidades, dinâmicas sociais e criminais a partir de uma concepção ecológica do crime. A compreensão dos níveis individual, interpessoal, institucional e estrutural, é importante para uma visão ampliada e contextualizada sobre o fenômeno da violência em cada território de atuação, identificando os contextos, e suas múltiplas violências possibilita elaborar e desenvolver intervenções, na perspectiva da mediação comunitária, com a participação ativa da comunidade nestas construções de enfrentamento a violência e a criminalidade.

A teoria Ecológica busca compreender os sujeitos de forma integral, considerando que a causação do crime não está fundamentada em fatores individuais, mas constitui-se no conjunto de diversos fatores. Logo, a violência também é aqui abordada como uma construção sociopolítica, econômica e cultural das relações cotidianas, sendo compreendida somente quando contextualizada. Por isso, é passível de desconstrução e superação (Minayo & Souza, 1999; Krug e al, 2002).

## **2.2 Concepção de Violência**

A violência é um fenômeno multicausal e multidimensional, não há uma única explicação e/ou solução para a mesma, por isso existem diversas teorias que explanam sobre o assunto. A palavra “violência” tem uma conotação negativa porque é associada a um ato moralmente reprovável, de tal forma que quem comete intencionalmente esse tipo de ato é obrigado a justificá-lo. Essa noção de violência expressa uma posição normativa que não implica necessariamente que todo ato violento seja moralmente reprovável. É o caso da violência por legítima defesa.

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência como um grave problema de saúde pública, além de constituir uma violação dos direitos humanos, e define a violência como:



Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra outra pessoa ou contra si próprio ou contra outro grupo de pessoas, que resulte ou tenha grande possibilidade em resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento, ou privação. (Organização Mundial de Saúde, 2002, p.5)

Nesse sentido, para caracterizar um ato como “violento”, devem ser preenchidas ao menos as seguintes condições: causar dano, usar a força (física ou psíquica), ser intencional ou ir contra a livre e espontânea vontade de quem é objeto do dano. Outra conceituação, que traz uma abordagem ampla sobre a violência, é descrita por ZANOTTO (2009):

Toda violência contra o ser humano é uma violação: a violação do seu corpo, da sua identidade, da sua personalidade, da sua humanidade; ela é brutal, ofensiva, destrutiva e cruel; afeta o semblante, deformando-o em virtude do sofrimento infligido; toda violência é desfigurante, é despersonalizante. E o pior: as pessoas violentadas pela experiência verificam que também são capazes de ser violentas com os outros. Portanto, a violência fere e marca também o semblante do perpetrador. O resultado, conforme Weil, é que a prática da violência petrifica o ser humano, transforma o perpetrador e a vítima em uma “coisa”, que os despersonaliza completamente. (ZANOTTO, 2009, p.211)

Considera-se que a violência é um fenômeno complexo, que envolve fatores sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos. Logo, para compreender e enfrentar essa problemática, devemos analisar um conjunto de fatores, como condições de vida, questões ambientais, trabalho, habitação, educação, lazer e cultura. Ela está presente na vida de todas as pessoas, sejam como vítimas sejam como agressores, porém alguns grupos estão mais suscetíveis a ocorrência das violências. Reproduz-se nas estruturas e subjetividades em diferentes espaços, como na família, escola, comunidade, trabalho e instituições. Ou seja, é um fenômeno socialmente construído, que necessita ser desconstruído, a partir de uma ação intersetorial e multidimensional.

### **2.3 Concepção de Prevenção a Criminalidade**

Etimologicamente, a palavra prevenção vem do latim *praeventio* e significa, além de ato ou efeito de prevenir, preparo antecipado, premeditação, cautela ou disposição. Ao verificar na literatura internacional, conforme o Manual de Diretrizes para a Prevenção ao Crime (2010), elaborado pelo Centro de Prevenção Internacional do Crime para a UNODC, a definição para a prevenção a criminalidade encontra-se no parágrafo 3, e são:

estratégias e medidas que buscam reduzir o risco da ocorrência de crimes, e os seus efeitos potencialmente nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, incluindo o medo da criminalidade, intervindo no sentido de influenciar as suas causas múltiplas. (ICPC, 2010, p.8)

A criminologia clássica direcionava seus esforços preventivos para o infrator, pois entendia que a ameaça da aplicação da pena era um meio eficaz de neutralizá-lo. Já a criminologia moderna rompe com o ideário que os esforços devem ser direcionadas somente ao infrator, e que violência e criminalidade são problemas exclusivos das polícias. O combate a criminalidade passa a ser empreendido através da compreensão de suas raízes, com objetivo de atuar em suas causas e não apenas em suas consequências, e por isso a prevenção logra espaço de destaque na temática.

No Brasil ainda é muito comum que a noção de “prevenção” esteja ligada ao desenvolvimento de “políticas de proteção social que aumentem a oferta da assistência, educação, saúde, habitação” e entre outros. É evidente que o fortalecimento e ampliação do acesso às políticas de proteção social promovem o desenvolvimento socioeconômico da população, e conseqüentemente tendem a produzir resultados positivos na redução do crime e da violência. Contudo, a criminalidade e a violência não estão baseadas exclusivamente às carências sociais, e demandam o desenvolvimento de ações e programas específicos de prevenção social a criminalidade para sua efetiva superação. Ao supor que o crime e a violência poderiam ser enfrentados apenas com reformas sociais, menosprezamos a necessidade de uma política de segurança pública adequada para as realidades sociais no Brasil. Logo tais políticas são complementares, e não excludentes entre si (Mesquita et al 2004).

A “Segurança Pública” visa atuar em uma realidade complexa, que não se reduz ao trabalho policial, mas inclui a necessidade de práticas ligadas a prevenção social, com a participação ativa da sociedade civil em parceria com atores da segurança pública. Ao falar em prevenção referimo-nos ao desenvolvimento de

políticas, programas e/ou ações de redução do crime e da violência e/ou seu impacto sobre os indivíduos e a sociedade, atuando sobre os fatores de risco e os fatores de proteção que afetam a incidência do crime e da violência e seu impacto sobre os indivíduos, famílias, grupos e comunidades, e sobre a vulnerabilidade e a resiliência dos indivíduos, famílias, grupos e comunidades diante do crime e da violência. (ICPC, 2010, p.8)

A prevenção a criminalidade, assim como outras áreas do conhecimento, possui uma estrutura teórica com conceitos específicos ao assunto, por isso seguem algumas definições de

termos, que podem ter outros significados quando utilizados em outros contextos. No desenvolvimento de ações de prevenção é necessário identificar os agenciamentos equivalentes a criminalidade, ou seja, os fatores de risco e proteção, que contribuem para o aumento ou redução da probabilidade de ocorrência, ou dos efeitos negativos, do crime e da violência em cada contexto. Sendo assim, os fatores de risco destacam os elementos negativos que possam servir de causa, ou que sejam subjacentes ao crime e a violência. Os fatores protetivos auxiliam no fortalecimento da resiliência dos indivíduos e comunidades, que são a capacidade que eles têm para evitar o crime e a vitimização.

A palavra resiliência denota a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica. Na criminologia o termo é utilizado para se referir às características de indivíduos, famílias, grupos e comunidades que os tornam menos suscetíveis ao envolvimento com o crime e a violência, ou a vitimização, mesmo em contextos de vulnerabilidade e eminente risco.

Em relação a vulnerabilidade, considera-se a condição de indivíduos, famílias, grupos ou comunidades que os tornam mais propícios ao envolvimento com a criminalidade, violência, ou de vitimização, mesmo em situações de baixo risco. No que diz respeito à vitimização, por exemplo, tal vulnerabilidade decorre de diversos fatores (sociais, econômicos, gênero, etc), e sinalizam os indivíduos mais propensos a vitimização.

No Brasil podemos destacar as mulheres e as crianças enquanto principais grupos que sofrem a violência doméstica e familiar, os jovens negros como vítimas principais da violência urbana, e entre outros enquanto grupos de risco para a vitimização (Waiselfisz 2002; Kahn et al 2002; Jorge et AL 2007). Compreender os aspectos associados aos tipos de crimes e violências auxiliam ao desenvolvimento de estratégias e ações para alterar esses aspectos, e impedir ou reduzir a incidência da criminalidade.

As diversas abordagens de prevenção ao crime foram desenvolvidas durante as três décadas passadas aproximadamente, e constituem na sistematização de respostas que foram construídas globalmente ao longo dos anos para enfrentamento da criminalidade. Os estudos demonstram considerável consenso sobre tais abordagens, sendo que a nível local práticas são desenvolvidas e adaptadas conforme as necessidades e contextos (UNODC, 2010).

As Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção do Crime (UNODC, 2010) agrupou em quatro categorias principais as abordagens de prevenção ao crime: 1 – Prevenção Social, 2 – Prevenção Comunitária, 3 – Prevenção Situacional, e 4 – Prevenção de Reincidência. Segue a descrição de tais abordagens:

1 – A prevenção a criminalidade através do desenvolvimento social inclui um conjunto de programas e ações nas áreas da educação, saúde, assistência e entre outros para famílias e indivíduos em situação de risco, com foco no fortalecimento dos fatores de proteção. As intervenções abrangem principalmente crianças e adolescentes, através do meio familiar ou escolar. Existem intervenções precoces, que visam atingir crianças nos primeiros anos de idade, viabilizando as famílias possibilidades de sustento e educação aos filhos. Segundo as Diretrizes de Prevenção à Criminalidade, os programas de prevenção deste tipo:

Promovem o bem-estar das pessoas e encorajam os comportamentos em prol do bem da sociedade através de medidas sociais, econômicas, de saúde e educação, com realce especial para as crianças e os jovens, focando em fatores de risco e proteção associados ao crime e a vitimização. (Escritório das Nações Unidas da Droga e o Crime, 2010, p.13)

2 – A prevenção à criminalidade com base comunitária ou local constitui em ações de intervenção nas condições das comunidades e bairros que influenciam para o crime, vitimização ou sensação de insegurança. Possui como foco a atuação nos territórios com elevados índices de criminalidade, ou com maior probabilidade da ocorrência de crimes e da violência, incluindo regiões com muitas privações relacionadas ao acesso a serviços públicos básicos, pouca infraestrutura e baixa coesão comunitária.

Ou seja, territórios marcados por diversas violações de direitos, com uma concentração de problemas econômicos, sociais e estruturais. A prevenção comunitária enfatiza a mobilização comunitária e o fortalecimento do capital social enquanto instrumentos de intervenção. Nesse sentido a noção de “comunidade”, enquanto um grupo de pessoas que possuem objetivos em comum de melhorias, são convidadas a envolver-se ativamente na identificação das melhores formas de enfrentar os problemas vivenciados. Conforme a UNODC (2010) programas deste tipo visam “mudar as condições que incitam a ofensas, vitimização e insegurança, resultando na criminalidade ao nível das vizinhanças, com base nas iniciativas, perícias e dedicação dos membros da Comunidade”.

3. A prevenção situacional consiste em evitar a ocorrência de crimes através da redução de oportunidades para que este ocorra, e com o aumento das possibilidades de apreensão e consequências a partir do ato criminoso. As técnicas situacionais são projetadas para confrontar formas altamente específicas do crime, e supõem que os indivíduos que os cometem tomam decisões racionais sobre os potenciais riscos e recompensas decorrentes de envolver-se com a

criminalidade. A prevenção situacional é vinculada especificamente às alterações do ambiente a fim de reduzir as oportunidades do crime.

4. Os programas de reintegração visam atender aqueles que anteriormente foram condenados por crimes, ou passaram pelo cumprimento de medidas socioeducativas no caso de adolescentes no Brasil, com objetivo de oferecer ações que favoreçam a reinserção social dos mesmos.

Visto que as ações e programas em direção à prevenção a criminalidade são recentes, ressalta-se a necessidade de avaliação e do constante aperfeiçoamento com objetivo de compreender e atuar de forma mais incisiva nos fatores principais que influenciam a incidência de crimes e violências em todas as abordagens supracitadas. Observa-se considerável consenso nos estudos e pesquisas sobre esse arcabouço teórico, contudo, a nível local, cada país encontra-se em uma etapa diferenciada em relação a implementação de ações de prevenção a criminalidade, conforme o contexto, necessidade e capacidade do governo local de desenvolver uma política de prevenção a criminalidade.

Na literatura brasileira o conceito mais robusto de prevenção a violência está na área da saúde pública, visto que o desenvolvimento de teorias e práticas sobre a prevenção do crime na área da segurança pública foi paralelo ao desenvolvimento de teorias e práticas sobre prevenção da violência na área da saúde pública (Minayo e Souza 2003; Krug et al 2002). São esquematizadas três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. A UNODC denomina tais níveis enquanto “calendarização das estratégias de prevenção a criminalidade”, que apontam para as etapas que os programas de prevenção se encontram, independente de qual abordagem está sendo utilizada. Conforme Melo (2010), tais níveis podem ser definidos da seguinte forma:

Nos termos do modelo exposto existem três níveis de prevenção. O primeiro, chamado de prevenção primária, incorpora abordagens destinadas a evitar a violência antes que ocorra. As medidas desse nível se dirigem a população como um todo e podem implicar intervenções no meio ambiente físico e social, abordando os fatores que podem provocar a violência. A prevenção busca remover os fatores de risco e fortalecer a resistência a eles. Aqui, são implementadas estratégias educacionais, como reforço a consciência jurídica (fidelidade a norma), atacando as causas da criminalidade no campo da socialização e das carências estruturais. No segundo nível, temos a prevenção secundária, na qual as abordagens se dirigem para grupos de risco identificados como potenciais agressores ou vítimas, por sua faixa etária, local de moradia, estilo de vida, circunstâncias socioeconômicas e outros fatores, ou seja, grupos que, por sua maior tendência/ vulnerabilidade a violência, merecem mais atenção. Exemplificam medidas de prevenção secundária os programas nos quais os moradores organizam grupos que vigiam as vizinhanças, projetos que visam interferir em comportamentos problemáticos de grupos de jovens antes que estes conduzam a comportamentos violentos e projetos e programas que buscam garantir suporte social a jovens que vivem em áreas de risco. No terceiro nível temos as ações de prevenção

terciária, com abordagens voltadas para cuidados como reabilitação e reintegração de vítimas e agressores, esforços para atenuar ou reduzir a deficiência, no longo prazo, associada a violência, suporte as vitimas e suas famílias, compensação, reparação, etc. As ações dos três níveis de prevenção são frequentemente implementadas concomitantemente e de forma mais ou menos integrada. (Melo, Elza Machado, 2010, p.207)

Ao analisar a metodologia do PMC e as concepções mais habituais de prevenção do crime e da violência supracitadas neste tópico, percebe-se que o Programa atua com diferentes frentes de trabalho nos três níveis de prevenção por meio principalmente da prevenção comunitária.

Vale ressaltar que as abordagens e níveis supramencionados são complementares e auxiliam na ampliação do entendimento sobre as dinâmicas criminais, elaboração de políticas, programas e ações, possibilitando atuações mais assertivas. Tais abordagens devem ser cuidadosamente analisadas para escolha daquelas que serão mais proveitosas em dada situação, e também podem ser combinadas entre si. Elas oferecem respostas diferentes, a curto e longo prazo, para o enfrentamento ao crime, e possuem também vantagens e desvantagens de acordo com o contexto.

### **3 A PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE NO BRASIL**

Sabe-se que a partir da década de 90 no Brasil, seguido da promulgação da Constituição Cidadã em 1988 e do período de redemocratização do país, houve uma crescente mobilização a favor do desenvolvimento de políticas e programas de prevenção do crime e da violência, que fossem soluções alternativas ao modelo repressivo de segurança, presente até então no Brasil. O Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 1997, no âmbito do Ministério da Justiça, que reestruturou e fortaleceu a Secretaria de Planejamento das Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), criada em 1995.

Conforme os indicadores da época no Brasil, segundo os dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 1980 até 2003 as taxas de homicídio subiram em ritmo alarmante, com alta de aproximadamente 8% ao ano. Em 1983 a taxa de homicídios era de 14 por 100 mil habitantes; em 1991 a taxa foi para 20,9 mortes por 100 mil habitantes; em 2000 de 27,0 mortes por 100 mil habitantes; e em 2003 esse número saltou para 36,1 assassinatos para cada 100 mil habitantes (Waiselfisz 2002).

Como pode ser observado o fenômeno do crime e da violência não são recentes no país, contudo, desde essa época a desigualdade está presente, pois a violência e o crime atingem principalmente a população jovem e negra, do sexo masculino, em áreas caracterizadas por diversas carências, violações de direitos humanos e presença do crime organizado, tráfico de drogas, do comércio e porte ilegal de armas.

Diante desse cenário, e a partir da fragilidade das políticas de segurança pública baseadas apenas no saber judicial e policial, e pautadas no atendimento de quem já foi vítima de um crime, tornou-se necessário refletir sobre os princípios comumente observados nos desenhos metodológicos da política de Segurança Pública no País e iniciou-se uma mudança de paradigma para uma política de segurança pública preventiva.

Algumas ações foram empreendidas na direção de reduzir a criminalidade e a violência, como por exemplo, a adoção pelo Governo Federal do Projeto Segurança Pública para o Brasil, que prevê a construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e o Estatuto do Desarmamento, ambos em 2003. O SUSP foi inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS) e pretende promover a integração entre federação, estados e municípios no desenvolvimento de ações em torno da segurança pública.

Tais alterações também ocasionaram a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007, que surge com o objetivo de estabelecer uma relação entre a polícia e a comunidade pautada na cidadania, nos direitos humanos e na redução dos níveis de incidência criminal dentro de uma lógica preventiva. Na atuação prática, houve tímidos progressos, especialistas avaliam que um dificultador é a ausência de consenso em torno do termo prevenção na segurança pública. Pois no Brasil ainda prevalece a concepção tradicional que a prevenção do crime e da violência estão relacionadas as políticas e programas nas áreas social e econômica, com ações que visam reduzir a desigualdade social por exemplo, o que pode auxiliar, mas não soluciona os problemas específicos de segurança pública.

Fundamentados nessa concepção os setores responsáveis pela segurança pública, e instituições como polícias militar e civil, administração penitenciária e sistema de justiça criminal, podem concluir que não são responsáveis por desenvolver ações de prevenção. Contudo, um avanço significativo neste processo constitui-se no reconhecimento da importância da sociedade civil, enquanto participante ativa e principal para o enfrentamento do problema, e também a inclusão de conceitos como o de “segurança cidadã” nas agendas das políticas públicas.

No Brasil o processo de construção e alinhamento de uma estratégia nacional de prevenção à criminalidade encontra-se em estruturação (Mesquita et al 2004), contudo diversas

iniciativas locais são desenvolvidas pela sociedade civil, setor privado, Governo Local ou em parceria entre eles, como é o caso do Programa Mediação de Conflitos, apresentado no início deste trabalho, e elencado enquanto objeto de pesquisa.

#### **4 METODOLOGIA**

Esta pesquisa constitui-se na análise do conjunto de dados do Programa Mediação de Conflitos, dos casos individuais de atendimento, com recorte de violências, no ano de 2018 em Belo Horizonte. Os dados analisados foram extraídos dos Relatórios Quantitativos do ano de 2018, do Programa Mediação de Conflitos de todas as Unidades de Belo Horizonte, disponibilizados pela SUPEC. Os relatórios quantitativos são produzidos a partir dos dados preenchidos nas “Fichas de Atendimento” do Programa Mediação de Conflitos, as Fichas são um instrumento de trabalho durante os atendimentos e intervenções realizados. Para essa pesquisa foi delimitada as “Fichas de Atendimentos Individuais” para análise, mas vale ressaltar que o programa também possui outras práticas além dos atendimentos individuais, como por exemplo, os atendimentos coletivos, projetos temáticos e institucionais, que não foram explicitados aqui, conforme o objetivo do trabalho.

A Ficha de Atendimento Individual, como instrumento de trabalho, auxilia na sistematização de informações sobre o caso e acompanhamento do mesmo. Nesta ficha são descritos dados pessoais de identificação e contato, dados relacionados ao motivo que levou a pessoa a procurar atendimento no PMC, questionário socioeconômico, informações sobre intervenções realizadas e relatos dos atendimentos. Nos casos em que há situações de violência, há também alguns instrumentos para auxiliar na identificação e acompanhamento dessas violências, estes foram anexados ao final deste trabalho com o objetivo de facilitar a compreensão dos mesmos, e dos dados coletados a partir desses instrumentais. São eles: o “Quadro de violências trabalhadas”, descrito enquanto Anexo A – Quadro de Violências Trabalhadas, e o “Anexo de Violências”, indicado como Anexo B- Anexo de Violências.

Após explicitados os instrumentos utilizados nesta pesquisa, segue-se para descrição da delimitação dos dados utilizados. Vale também ressaltar que esta é uma pesquisa de análise de dados quantitativos, pois não foi possível o acesso ao conteúdo dos atendimentos realizados. Foram selecionados os seguintes dados das fichas individuais de atendimento que apresentam



o enfrentamento a violência: I - demanda da pessoa atendida, II - dados referentes a violência descrita, III - dados socioeconômicos e, IV - número de atendimentos.

A “demanda” diz respeito ao motivo principal que levou a pessoa ao atendimento pelo Programa Mediação de Conflitos. Diz de alguma situação conflituosa que está vivendo, violação de direitos, ou a necessidade de ser orientada quando a algum direito ou serviço.

Os “dados socioeconômicos” referem-se a uma Pesquisa Socioeconômica realizada pela equipe do PMC as pessoas atendidas durante o acolhimento e/ou atendimento. Essa pesquisa auxilia no conhecimento do perfil do público atendido, os dados que foram utilizados aqui são: idade, raça/cor e sexo. Os “dados de atendimento” referem-se ao número absoluto de atendimentos realizados as pessoas.

Os “dados de violência” são as violências atendidas e registradas em um “Questionário Observacional da Violência”, classificadas entre temas e tipos. Os temas referem-se ao público que sofreu a violência, por exemplo, violência contra a criança, a mulher, entre vizinhos e outros; e o tipo de violência descreve a forma em que a violência se efetuou, como violência física, psicológica, moral. No total há 11 temas de violência, e 22 tipos catalogados, e a possibilidade de marcar a opção “outros” (Anexo A – Quadro de Violências Trabalhadas). Em seguida são inscritos dados relacionados ao acesso a alguma Instituição Policial, a possibilidade de registro do Boletim de Ocorrência, Representação Criminal; e se tais ações efetuaram-se antes ou depois do atendimento no PMC. Também há informações sobre a relação da violência com o Uso de Álcool e/ou Outras Drogas, e se a violência permanece no momento de encerramento da Ficha, e conseqüente término do atendimento a pessoa (Anexo B – Anexo de Violência).

Durante esta pesquisa foram identificadas algumas temáticas de violência que o PMC atendeu com maior frequência durante o ano de 2018, que são a violência doméstica e familiar contra a mulher, a violência contra a criança e o adolescente, violência entre vizinhos, e violência contra o idoso. A seguir seguem os conceitos desses temas de violência conforme descrito no Manual de Orientação Metodológica e de Gestão da Informação (2019):

**Violência Contra a Mulher:** Todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada.

Violência Contra Criança e Adolescente: Abrange todos os espectros que vão desde as relações abusivas sem trocas comerciais às explicitamente monetárias, emerge do cenário socioeconômico de contradições de classes sociais e político (violência estrutural), apoiados em valores sociais que reforçam a prática discriminatória, tais como o preconceito relacionado a gênero, à geração e a raça/etnia, em detrimento de práticas sociais voltados à garantia e defesa dos direitos dessa população.

Violência Contra a Pessoa Idosa: Pode ser definida como ações ou omissões cometidas uma vez ou muitas vezes, prejudicando a integridade física e emocional das pessoas desse grupo etário e impedindo o desempenho de seu papel social. A violência acontece como uma quebra de expectativa positiva dos idosos em relação às pessoas e instituições que os cercam (filhos, cônjuge, parentes, cuidadores e sociedade em geral). (Minas Gerais, 2019, p.52)

Contra Vizinho: Conflitos existentes entre vizinhos dizem de relações afetadas por discordâncias e/ou incômodos em que os envolvidos não conseguem dialogar sozinhos para solucionar o conflito. Quando chegam para o Programa, alguns dos casos já apresentam violências ou existe uma potencial violência. (Minas Gerais, 2019, p.53)

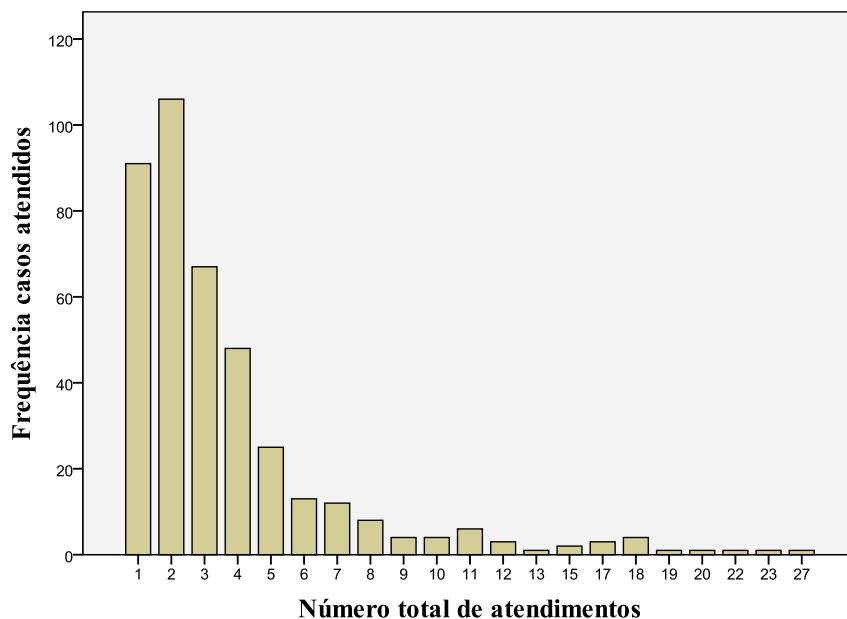
Foi construída uma base de dados com o montante de informações, no aplicativo SPSS 1.9, que auxiliou no cruzamento das informações, para posterior análise. A seguir são evidenciados os resultados obtidos a partir do tratamento dos dados, com o objetivo de compreender o perfil do público atendido durante o ano de 2018, no que tange aos casos que envolveram violências, e quais as temáticas de violências mais recorrentes.

## **5 RESULTADOS**

No total houve 436 casos com violência acompanhados pelas unidades do PMC em Belo Horizonte no ano de 2018. O procedimento utilizado para o atendimento, quase na totalidade dos casos foi de orientação, correspondendo a 98,9% (431), e 1,1% (5) casos de mediação. Neste âmbito os atendimentos têm como objetivo auxiliar na resolução ou administração pacífica de relações conflituosas, bem como construir estratégias de prevenção e enfrentamento a violência e/ou criminalidade junto aos usuários atendidos. Os usuários podem ser vítimas de violência, autores, e pessoas envolvidas nos conflitos apresentados, que acessam voluntariamente o PMC, ou que são convidadas a partir de uma construção com as pessoas atendidas, e avaliação das equipes sobre a viabilidade do atendimento.

Neste processo de construção para uma mudança pacífica, as equipes técnicas efetuam intervenções para que os usuários identifiquem as violências vivenciadas, se repositionem mediante o conflito, buscando alternativas para romper com a violência ou de contribuir para a segurança pessoal, fortalecer os fatores de proteção e combater os fatores de risco. De forma objetiva realiza o acolhimento dos usuários, escutando ativamente suas demandas, orientando conforme suas necessidades e interesses, a fim de favorecer o acesso a direitos, construção de encaminhamentos e entre outros.

**Gráfico 1: Número total de atendimento por caso atendido no Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.**



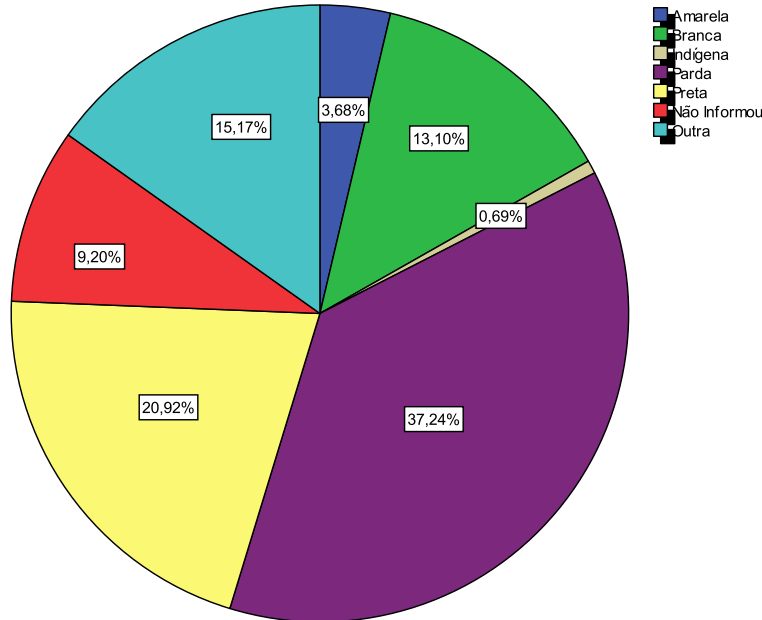
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentado no Gráfico 1 sobre os atendimentos, foi possível contabilizar o número de atendimentos em 402 fichas, observa-se através dos dados uma média de 3 atendimentos por caso de violência, sendo que em 2018 houve um caso com 27 atendimentos, número máximo no ano corrente. Dentre os casos atendidos, 22% contaram com 5 ou mais atendimentos, contudo em 22,64% deles houve apenas um atendimento. A distribuição de atendimentos por sexo corresponde 77,3% feminino, e 22,7 masculino, mostrando equilíbrio com a porcentagem relacionada ao sexo das pessoas atendidas, que será citada em seguida.

Em relação ao público atendido desses casos 335 (76,8%) declararam gênero feminino, 100 (22,9) gênero masculino, e 1 (2%) não declarou nada. No que tange a Raça e/ou Cor autodeclarada há uma predominância de atendimento as pessoas pardas (37,24%), em seguida pretas (20,92%) e outras (15,17%), conforme demonstrado no Gráfico 2 abaixo. Vale ressaltar

que a opção “Outras” foi retirada do Questionário Socioeconômico a partir de 2019, conforme adequação aos dados oficiais do IBGE para autodeclaração de Raça/Cor.

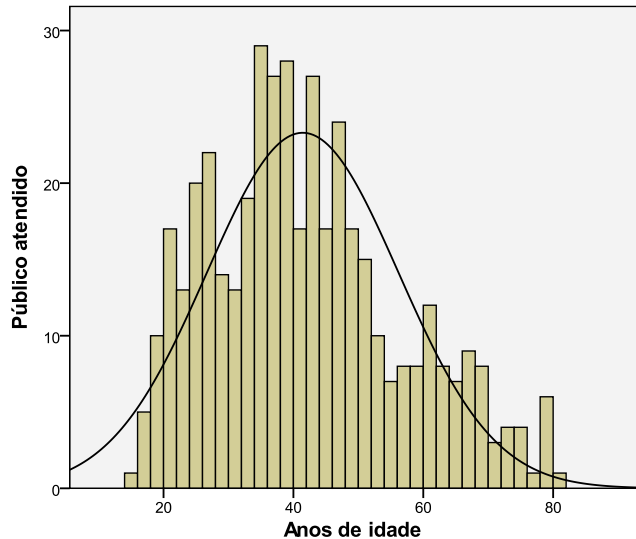
**Gráfico 2: Autodeclaração cor/raça do público atendido pelo Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.**



Fonte: Elaborado pela autora.

A faixa etária predominante está entre 40 a 49 anos de idade (26,91%), seguido de 30 a 39 anos de idade (23,67%). Porém ao somar as faixas etárias de 20 a 24 anos, e 25 a 29 anos, a fim de igualar os intervalos entre os anos de idade com as faixas supracitadas, temos 19,95% para a faixa de 20 a 29 anos de idade, um valor também considerável. A curva de idade pode ser observada no Gráfico 3:

**Gráfico 3: Idade autodeclarada do público atendido do Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Após a identificação do perfil do público atendido, seguem-se para algumas informações mais específicas sobre as demandas que levaram as pessoas ao PMC, bem como as violências relatadas, e elementos relacionados. As análises foram realizadas principalmente através da construção de tabelas bivariadas, pois a maioria dos indicadores são nominais e qualitativos. Em relação ao sexo verifica-se que a demanda Pensão de Alimentos/Paternidade/Visitas é mais procurada por pessoas do sexo feminino, enquanto outras demandas apresentam considerável equilíbrio.

No que tange as demandas dos casos de violência, as pessoas procuraram o PMC principalmente para tratar da questão da Violência (23,2%), seguida de Conflitos Intrafamiliares (16,3), e Pensão de Alimentos/Paternidade/Visitas (15,1). Em seguida outras demandas aparecem como Separação e Divórcio... (13%), Tutela/Curatela...(7,5%) e Conflitos de Vizinhança (6,5%). Após isso, as demandas com maior expressividade são de Regularização fundiária/posse/propriedade (2,5%) e Sucessões (3%). No quesito a demanda “sucessões” vale ressaltar que quase metade do Tema Violência entre Gangues aparece nos casos com a demanda de Sucessões, o que indica uma alternativa de intervenção do PMC na violência entre gangues. A Tabela 1 mostra a numeração correspondente as demandas:

Tabela 1: Demanda X Tema da Violência, Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018

Demanda (motivo principal que levou a pessoa ao atendimento)	Tema da Violência relatada pela pessoa durante o atendimento											Total
	Violência intrafamiliar	Violência doméstica ou familiar contra a mulher	Violência contra criança ou adolescente	Violência contra o idoso	Violência por discriminação	Violência entre vizinhos	Violência entre gangues	Violência policial	Violência institucional	Violência em geral. Especifique.	Violência contra a pessoa com	
Violência	12	60	14	6	1	3	2	5	2	8	0	113
Abuso de Autoridade ou Poder	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	4
Adolescentes em Conflito com a Lei	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Questões Penais	4	2	2	1	0	0	0	6	4	3	0	22
Conflitos Intrafamiliares	27	25	7	19	0	1	0	1	0	3	0	83
Pensão Alimentos/ Paternidade/Visitas	8	42	11	0	0	1	1	1	1	6	0	71
Separação e Divórcio/ Reconhecimento e Dissolução de União Estável	10	49	4	0	0	0	1	0	0	0	1	65
Tutela/Curatela/Guarda/Adoção	5	11	12	1	0	1	1	1	0	4	0	36
Sucessões	4	1	0	3	1	0	5	0	0	0	0	14
Regularização Fundiária/Posse/Propriedade	1	3	1	1	0	3	0	0	3	0	0	12
Questões com o Poder Público	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Previdência	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Assistência	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Educação	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Saúde	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Saúde mental	1	2	0	1	0	0	0	0	0	1	0	5
Questões psicológicas	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Uso de álcool e/ou outras drogas	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	5
Emprego, trabalho e renda	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Conflitos de Vizinhança	0	0	1	5	0	22	0	2	0	2	0	32
Registro Civil/Emissão de Documentos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Relações de Consumo	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Contratos em Espécie	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Questões Trabalhistas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Outra(s) Qual(is)?	0	2	2	0	0	1	1	1	0	1	0	8
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>202</b>	<b>56</b>	<b>38</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>31</b>	<b>1</b>	<b>489</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher chega ao PMC com as seguintes demandas: Violência, Pensão de alimentos/Paternidade/Visitas, Separação e Divórcio, e Conflitos Intrafamiliares. A única demanda que aparece com maior solicitação pelos homens é Abuso de autoridade e/ou poder, sendo que 75% das violências relatadas nessa demanda são violência policial, e 25% violência institucional. As pessoas que apresentaram a violência policial durante o atendimento, enquanto temática de intervenção e orientação, procuram o PMC com as demandas 29% Questões Penais, 24% Violência, 14% Abuso de Autoridade e/ou Poder; e cerca de metade são do sexo masculino (48%).

Percebe-se uma relação entre aquelas pessoas que procuram o PMC para atendimento sobre Questões Penais, sejam para elas mesmas, ou para familiares e/ou conhecidos; e que foram vítimas de violência policial. Sendo assim, compreende-se que aquelas pessoas atendidas pelo PMC que já passaram pelo Sistema Prisional, ou estão em processo de julgamento penal, possam ter maior probabilidade de sofrer violência policial; e que os homens são mais propícios a ela, conforme observado proporcionalmente em relação ao Sexo X Demanda X Tema de Violência.

No total houveram 489 temas de violência trabalhados, entre elas as mais recorrentes são: violência doméstica e familiar contra a mulher (202), violência intrafamiliar (76), violência contra a criança e ao adolescente (56), violência contra o idoso (38) e violência entre vizinhos (32); e por isso foram escolhidas para um detalhamento dos tipos de violência presentes nesses casos.

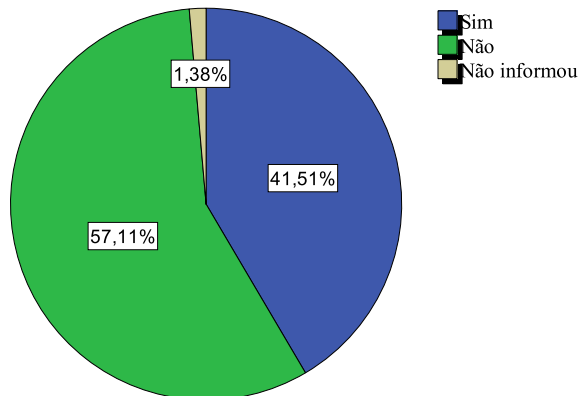
No total, houveram 704 tipos de violências registrados e trabalhados durante os atendimentos do PMC no ano de 2018 em Belo Horizonte. Destes tipos de violência 28,5% são Violência Física, 21% Ameaça, 18% Violência Psicológica, 6,5% Ameaça de Morte, 6,5% Violência Patrimonial e 5% Violência Moral. Ao relacionar os tipos de violências com os temas é possível perceber as violências mais comuns aos diferentes públicos atendidos. Observa-se que na Violência Intrafamiliar e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de forma análoga, ocorrem com maior frequência a Violência Física, Violência Psicológica e Ameaça.

Destaca-se que na Violência entre Vizinhos mais da metade das violências registradas referem-se à Ameaça, sendo o maior percentual observado para o tipo Ameaça. Em relação a violência contra o idoso estão respectivamente: violência moral, violência patrimonial, violência psicológica e maus tratos. Já para a violência contra a criança e ao adolescente verificou-se maior diversidade dos tipos de violência, sendo que a Violência Física tem maior

ocorrência, seguida da Negligência, Violência Psicológica, Abandono, Maus Tratos; sendo que nessa temática encontra-se o maior percentual de Violência Sexual em relação aos tipos de violência sofridos, quando somado ao índice de Abuso Sexual representa uma das principais violências que atingem as crianças e aos adolescentes, nas fichas atendidas pelo Programa. É importante atentar que as crianças e adolescentes apresentaram-se enquanto as principais vítimas de violência sexual e abuso sexual.

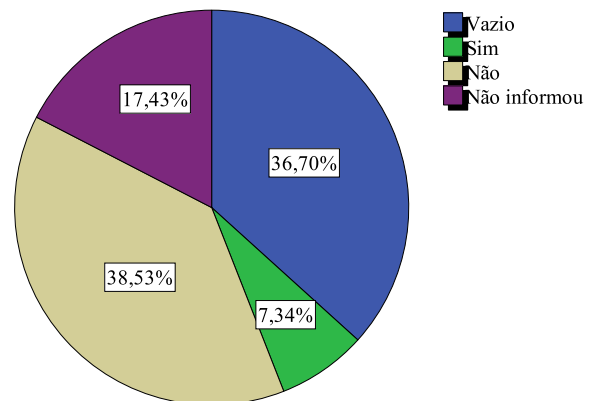
Em relação aos dados observacionais de violência, a maioria deles são assinalados apenas quando a Ficha é encerrada, a fim de registrar a resolução sobre as violências. Logo os dados a seguir estão com uma pequena parte denominada “Vazio”, pois algumas Fichas de Atendimento abertas em 2018 continuaram em acompanhamento em 2019, devido a complexidades ou peculiaridades do caso, sendo assim, esses casos o Questionário Observacional das Violências ainda não foi completamente preenchido.

**Gráfico 4: Pergunta - Procurou alguma instituição policial antes de ser atendido pelo Programa Mediação de Conflitos?**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 5: Pergunta - Procurou alguma instituição policial após ser atendido pelo Programa Mediação de Conflitos?**

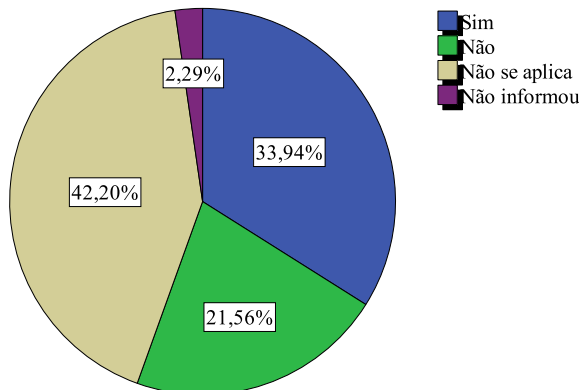


Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a pergunta “Procurou alguma instituição policial?” observa-se que 41,5% dos atendidos relatam ter procurado uma Instituição Policial antes de acessar o PMC, e 33,9% afirmaram que foi possível registrar o Boletim de Ocorrência. Em continuidade, 7,3% dos atendidos relatam ter procurado uma Instituição Policial após o atendimento do PMC, e 6,4% atendidos no geral registraram Boletim de Ocorrência. É importante destacar que nos registros após o atendimento no PMC, 36,7% dos dados constam vazios, devido a continuidade do acompanhamento, podendo ainda ter ou não o acesso a alguma Instituição Policial.

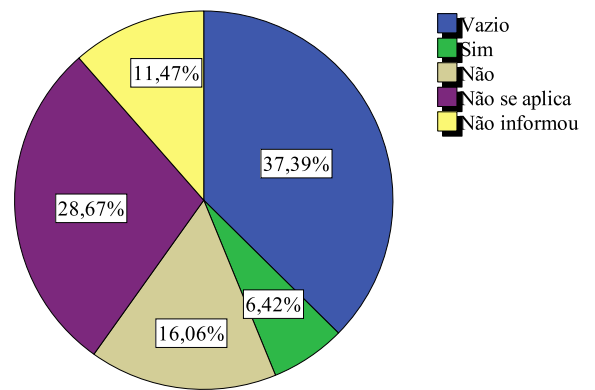


**Gráfico 6: Pergunta - Ao procurar uma instituição policial foi possível registrar o Boletim de Ocorrência? (antes do atendimento no PMC)**



Fonte: Elaborado pela autora.

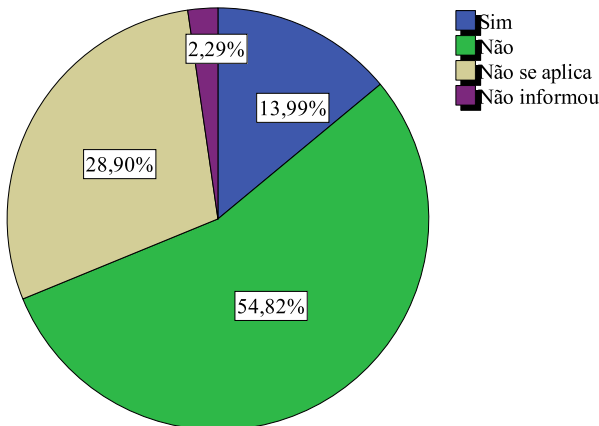
**Gráfico 7: Pergunta - Ao procurar uma instituição policial foi possível registrar o Boletim de Ocorrência? (após o atendimento no PMC)**



Fonte: Elaborado pela autora.

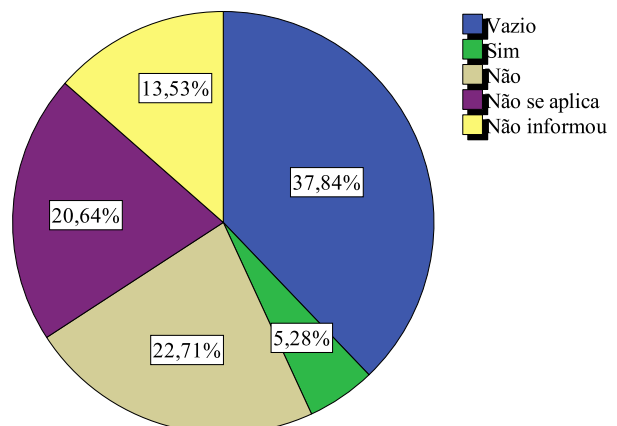
Ainda nesse contexto, sobre a existência de Medida Protetiva, em 14% dos casos atendidos já havia a Medida Protetiva, e 5,3% dos atendidos vieram a tê-la após o atendimento no PMC. Uma parcela consideravelmente pequena realizou a Representação Criminal antes (15,83%) ou depois (4,35%) do atendimento no PMC, e 9,86% relataram a existência de um processo judicial durante o atendimento. De forma geral quase metade dos atendidos chegam a procurar alguma instituição policial antes ou depois do atendimento no PMC, destes a maioria registram Boletim de Ocorrência, porém poucos requerem uma Medida Protetiva ou realizam a Representação Judicial a cerca dos crimes cometidos contra eles.

**Gráfico 8: Pergunta - Há medida protetiva antes do atendimento no PMC?**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 9: Pergunta - Há medida protetiva depois do atendimento no PMC?**

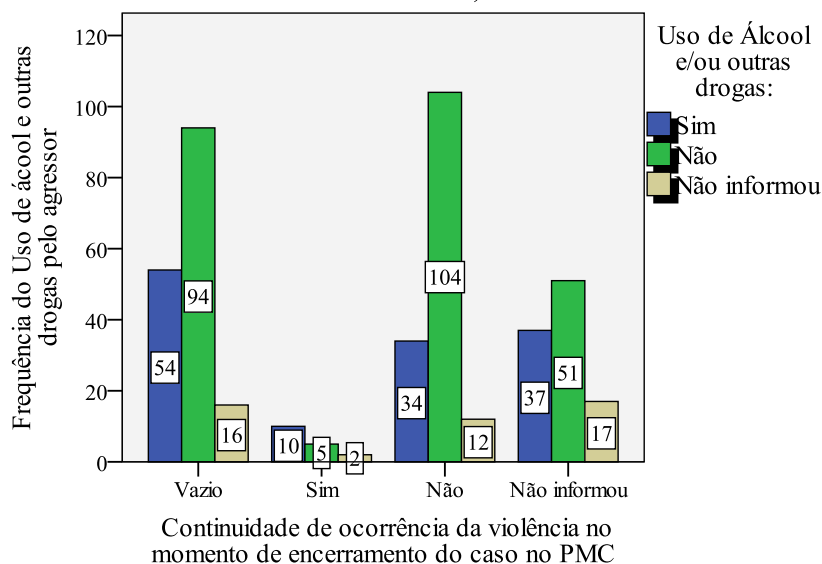


Fonte: Elaborado pela autora.

Na pergunta: “Há violência atual, ou ocorrendo no momento do encerramento da Ficha”, 34,40% afirmaram que a violência cessou, e 3,89% que a violência continua. Ainda há 24% assinalado como “Não informou”, que pode significar a perda de contato com a pessoa devido a diversos motivos, ou outros; contudo corresponde a uma porcentagem significativa do montante total.

Em relação ao Uso de Álcool e/ou outras Drogas vinculada a violência, percebe-se que 58,26% relatam que não há o uso de Álcool e/ou outras Drogas; 30,96% afirmam existir tal vinculação, e 10,78 não informaram. É importante observar quando o uso de álcool e/ou outras drogas, influencia diretamente na ocorrência ou agravamento da violência, sendo assim, o uso torna-se um fator de risco no caso. Ao relacionar os dados referentes a esta variável com a ocorrência atual de violência no momento de encerramento da ficha, é possível observar que nas Fichas que a violência continua ocorrendo tem uma maioria de casos com “uso de álcool e/ou outras drogas” enquanto fator agravante da violência na percepção das pessoas atendidas.

**Gráfico 10: Relação entre o uso de álcool e outras drogas na continuidade de ocorrência da violência no momento de encerramento do caso no PMC, Belo Horizonte, 2018.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, os dados referentes ao procedimento realizado pela equipe do PMC junto ao atendido, existem as seguintes possibilidades, nos casos classificados enquanto Orientação: a) Orientação com construção de meios pacíficos de administração de conflitos, b) Orientação com enfrentamento a violência e/ou a criminalidade, nos casos de orientação em que há

descontinuidade do atendimento c) Orientação – Não resolução de conflito por perda de contato, d) Orientação – Não resolução de conflito por desistência manifesta do procedimento, e) Orientação – Não resolução de conflito por descontinuidade por motivos adversos. Nos casos de mediação: a) Mediação com resolução pacífica de conflitos – escrito, b) Mediação com resolução pacífica de conflitos – verbal, c) Mediação com resolução pacífica de conflitos – periférico, d) Mediação – Não resolução de conflitos por perda de contato, e) Mediação – Não resolução de conflito por descontinuidade por presença de violência, f) Mediação – Não resolução de conflito por desistência manifesta do procedimento, g) Mediação – Não resolução de conflito por descontinuidade por motivos adversos.

**Tabela 2: Resultado do Procedimento das Fichas de Atendimento Individual, Programa Mediação de Conflitos, Belo Horizonte, 2018.**

Resultado do Procedimento	Frequência	Porcentagem
Orientação com construção de meios pacíficos de administração de conflitos	152	34,9
Orientação com o enfrentamento à violência e/ou à criminalidade	82	18,8
Orientação - Não resolução de conflito por perda de contato	28	6,4
Orientação - Não resolução de conflito por descontinuidade por motivos adversos	15	3,4
Orientação - Não resolução de conflito por desistência manifesta do procedimento	6	1,4
Mediação com resolução pacífica de conflitos - escrito	2	0,5
Vazio	151	34,6
Total	436	100,0

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que nas fichas analisadas não se apresentam todas as categorias supracitadas, principalmente porque majoritariamente os casos são classificados enquanto Orientação. Os dados demonstram que 34,9% dos casos atendidos tiveram como resultado a “Orientação com construção de meios pacíficos de administração de conflitos”, 18,8% a “Orientação com enfrentamento a violência e/ou a criminalidade”, 11,2% dos casos de orientação foram classificados pela não resolução de conflito por motivos diversos, e por fim, 34,6% encontram-se ainda em acompanhamento e por isso não possuem o resultado do procedimento.

Sendo assim mais de metade dos casos acompanhados e que já foram finalizados obtiveram resultado correspondente aos objetivos do PMC na perspectiva de promoção de meios pacíficos para administração de conflitos e enfrentamento a violência e/ou a criminalidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme o estudo realizado foi possível constatar que o Programa Mediação de Conflitos tem atuado de forma pioneira no Brasil dentro da temática de prevenção social às violências e criminalidade. Percebe-se a eficácia no sentido da minimização da recorrência das violências atendidas, uma vez que, a maioria dos casos atendidos foram concluídos e a violência não continuava acontecendo. Nesse sentido, a experiência do PMC demonstra que é possível utilizar estratégias dialógicas e horizontais, utilizando-se da concepção da mediação comunitária, para orientar os usuários a cerca de seus direitos, e construir alternativas de enfrentamento a violência.

Conclui-se que o público atendido pelo PMC em Belo Horizonte no ano de 2018, nas Fichas de Atendimento Individual com o recorte de violências, é em sua maioria mulheres, pretas e pardas, com idade principal entre 20 a 49 anos de idade, com maior recorrência entre 40 a 49 anos de idade. Em relação às violências, no total houve 489 temas de violência trabalhados, entre elas as mais recorrentes são: violência doméstica e familiar contra a mulher (202), violência intrafamiliar (76), violência contra a criança e ao adolescente (56), violência contra o idoso (38) e violência entre vizinhos (32). Sobre os tipos de violência, foram 704 tipos de violências registrados e trabalhados durante os atendimentos do PMC no ano de 2018 em Belo Horizonte. Destes tipos de violência 28,5% são Violência Física, 21% Ameaça, 18% Violência Psicológica, 6,5% Ameaça de Morte, 6,5% Violência Patrimonial e 5% Violência Moral.

Ao analisar os dados é possível identificar alguns fatores de risco e proteção, como a prevalência da recorrência de algumas violências para determinado público, indicando públicos com maior propensão a vitimização, assim como fatores que podem influenciar para a revitimização. Nesse sentido são necessárias ações de prevenção focalizadas, a fim promover intervenções baseadas na proatividade e não no reacionismo apenas. Com base nos dados analisados, vale citar que as mulheres são as que mais demandam atendimento em casos de

violência, as crianças e adolescentes apresentaram-se enquanto as principais vítimas de violência sexual e abuso sexual, aquelas pessoas atendidas pelo PMC que já passaram pelo Sistema Prisional, ou estão em processo de julgamento penal, tem maior probabilidade de sofrer violência policial; e que os homens são mais propícios a ela, conforme observado proporcionalmente em relação ao Sexo X Demanda X Tema de Violência. Outras percepções são relacionadas ao uso de álcool e/ou outras drogas, enquanto agravante na ocorrência ou agravamento da violência, sendo assim, o uso torna-se um fator de risco no caso.

De forma geral quase metade dos atendidos chegam a procurar alguma instituição policial antes ou depois do atendimento no PMC, destes a maioria registram Boletim de Ocorrência, porém poucos requerem uma Medida Protetiva ou realizam a Representação Judicial a cerca dos crimes cometidos contra eles. Não foi identificada a relação entre esses dados e os atendimentos no PMC, ou seja, o fato de passar pelo atendimento no PMC não contribuiu de forma significativa para o acesso a instituições policiais, realização de boletins de ocorrência ou medida protetiva.

Conclui-se também que os programas de prevenção a criminalidade no Brasil ainda possuem o desafio de monitorar e avaliar seus resultados com o objetivo de comprovar a efetividade no combate a violência e a criminalidade, já que são fenômenos complexos e multicausais. Os programas existentes no Brasil de Prevenção do Crime e da Violência ainda possuem pouco monitoramento e avaliação dos seus resultados também, um ponto que precisa ser avançado, a maioria dos indicadores diz respeito ao número de ações ou participantes das mesmas, e não dos impactos alcançados.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. **É possível prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde.** In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.;

Brasil, Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

CANO, I. e SOARES, G. D. (2002), **As Teorias sobre as Causas da Criminalidade**. Rio de Janeiro, IPEA. Manuscrito.

CERQUEIRA, D., LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos.** IPEA, 2002, mimeo.

CONSTANTINO, P. (Org.). **Impactos da violência na saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. 380 p.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago.** São Paulo: IBCCRIM, 2002.

ICPC (2008). **International Report on Crime Prevention & Community Safety: Trends and Perspectives 2008.** Montreal: ICPC.

ICPC (2010). **International Report on Crime Prevention & Community Safety: Trends and Perspectives 2010.** Montreal: ICPC.

Instituto Sedes Sapientiae. **O fim da omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica.** São Paulo: Fundação Abrinq; 2002.

JORGE, Birol. PEDRA, Aline . **Políticas públicas de prevenção da violência e a prevenção vitimária.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 2007.

Kahn, Tulio & Besen, JC & Custódio, RB. (2002). Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana-PIAPS. ILANUD, FIA-USP, Gabinete de Segurança Institucional. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R. **World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization, 2002.

Maldonado MT. **Construtores da paz: caminhos da prevenção da violência.** São Paulo: Moderna, 1997.

**MEDIAÇÃO E CIDADANIA:** Programa Mediação de Conflitos. Comissão Técnica de Conceitos (org). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2010.

Melo, Elza Machado; **Podemos prevenir a violência.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. 278 p.: il. Série: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência

Mesquita Neto P, Assis SG, Chasin ACM, Daher M, Ricardo CM. **Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); Brasília: Ministério da Justiça/ Projeto arquitetura institucional do sistema único de segurança pública; 2004. Mimeo.

MILANI, F.M. (Org.); JESUS, R.C.D.J. (Org.). **Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003.

MINAS GERAIS, Subsecretária de Políticas de Prevenção Social a Criminalidade. *Manual de Orientação Metodológica e de Gestão da Informação: Programa Mediação de Conflitos*. Minas Gerais, 2019.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Org.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 163-198.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência: percurso filosófico**. Instituto Piaget. Lisboa. 1995. 289p.

OLIVEIRA, Kris Brettas; Oliveira, Gleiber Gomes de. (Org.). **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. 379 p. ISBN 978-85-63077-00-4

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

**PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2011.

SHERMAN, L. W. **Preventing crime: what works, what doesn't work, what's promising**. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, 1997.

UN-HABITAT (2007). **Making Cities Safer from Crime – A Toolkit**. Safer Cities Programme. Nairobi: UN-HABITAT.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Manual de Diretrizes de Prevenção a Criminalidade Aplicação Prática**. Nações Unidas, Nova York, 2010.

UNODC, & ICPC. (2011). *Making them work - Handbook on the crime prevention guidelines /Principes directeurs applicables à la prévention du crime : Manuel d'application pratique*. Vienne.

Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook\\_on\\_the\\_Crime\\_Prevention\\_Guidelines\\_French.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook_on_the_Crime_Prevention_Guidelines_French.pdf)  
Acesso em: 20/06/2010.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência III**. Unesco, 2002.

ZANOTTO, Karin. **Não violência na educação**. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 14, n. 3, p. 209-215, set./dez. 2009.

## ANEXO A – QUADRO DE VIOLÊNCIAS TRABALHADAS

QUADRO DE VIOLÊNCIAS TRABALHADAS		
TEMAS	TIPOS	
A. Violência intrafamiliar	1. Violência Física	12. Violência Moral
B. Violência doméstica e familiar contra a mulher	2. Maus tratos	13. Negligência/Imprudência/Imperícia
C. Violência contra criança ou adolescente	3. Violência auto-infligida	14. Abandono
D. Violência contra idoso	4. Violência Psicológica	15. Peregrinação por diversos serviços e\ou dificuldade de acessá-los.
E. Violência contra a pessoa com deficiência	5. Ameaça	16. Tratamento inadequado por parte dos profissionais para com os usuários (falta de escuta e atenção, frieza e rispidez)
F. Violência por discriminação	6. Ameaça de morte	17. Discriminação racial
G. Violência entre vizinhos	7. Violência Sexual	18. Discriminação étnica
H. Violência entre gangues	8. Violação dos direitos reprodutivos	19. Discriminação religiosa
I. Violência policial	9. Exploração sexual	20. Discriminação por orientação sexual
J. Violência institucional	10. Abuso sexual	21. Aliciamento ao tráfico de drogas
K. Violência em geral. Especifique.	11. Violência patrimonial	22. Outras. Especifique.

Esta imagem foi retirada do *Manual de Orientação Metodológica e de Gestão da Informação: Programa Mediação de Conflitos*. Minas Gerais, 2019, p. 59., e não pode ser reproduzida sem autorização. Vale resaltar que este instrumento foi utilizado pelas equipes do Programa Mediação de Conflitos no ano de 2018.



## ANEXO B – ANEXO DE VIOLÊNCIA

ANEXO 1

VIOLÊNCIA TRABALHADA

DATA	Violência Trabalhada (TEMA)	Violência Trabalhada (TIPO)
Data do relato da violência	Escreva a letra correspondente ao tema da violência relatada pela pessoa que apresentou o conflito conforme o quadro de violências.	Escreva o número correspondente ao tipo da violência relatada pela pessoa que apresentou o conflito conforme o quadro de violências

QUESTIONÁRIO OBSERVACIONAL DE VIOLÊNCIA

1. Alguma instituição policial foi acionada?

Antes de ser atendido pelo PMC	Depois de ser atendido pelo PMC (preencher ao encerrar a ficha)
( ) sim    ( ) não	( ) sim    ( ) não

2. Houve registro de boletim de ocorrência?

Antes de ser atendido pelo PMC	Depois de ser atendido pelo PMC (preencher ao encerrar a ficha)
( ) sim    ( ) não    ( ) não se aplica	( ) sim    ( ) não    ( ) não se aplica

3. Há alguma medida protetiva?

Antes de ser atendido pelo PMC	Depois de ser atendido pelo PMC (preencher ao encerrar a ficha)
( ) sim    ( ) não    ( ) não se aplica	( ) sim    ( ) não    ( ) não se aplica

4. Houve representação criminal ouível?

A representação criminal é a autorização da vítima (ofendido), ou do seu representante legal, para dar início à investigação e ao processo criminal que deve ser feita em até seis meses, contados da data da agressão. Por exemplo: para alguns crimes (ameaça e lesão corporal, dentre outros), somente haverá processo criminal e eventual punição se a vítima (ofendido), ou representante legal, representar contra o agressor (ofensor).

Antes de ser atendido pelo PMC	Depois de ser atendido pelo PMC (preencher ao encerrar a ficha)
( ) sim    ( ) não	( ) sim    ( ) não

5. Há processo instaurado?

( ) sim ( ) não    Se sim, qual o número? \_\_\_\_\_

6. Há violência (s) ocorrendo no momento de arquivamento da ficha? (Preencher ao encerrar a ficha)

( ) sim    ( ) não

7. Há relato de presença de abuso de álcool e/ou outras drogas, relacionados à violência?

( ) sim    ( ) não    Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Esta imagem foi retirada do *Manual de Orientação Metodológica e de Gestão da Informação: Programa Mediação de Conflitos*. Minas Gerais, 2019, p. 49., e não pode ser reproduzida sem autorização. Vale resaltar que este instrumento foi utilizado pelas equipes do Programa Mediação de Conflitos no ano de 2018.